

SEGURANÇA TRANSATLÂNTICA

**BRUNO OLIVEIRA MARTINS,
SEGURANÇA E DEFESA NA NARRATIVA
CONSTITUCIONAL EUROPEIA 1950-2008**

Cascais: Principia, 2009, 152 pp.

O interesse académico português por questões de segurança e defesa europeias tem merecido alguma atenção do mercado editorial, o que pode ser explicado pela gradual europeização das políticas de defesa e da diplomacia portuguesas nas últimas duas décadas. O ensaio de Bruno Oliveira Martins (Universidade do Minho) insere-se neste percurso narrativo, embora não se esgote nele. A razão é simples: aferir da articulação entre o processo normativo presente na construção europeia – a que o autor chama «constitucional» – e a evolução de uma política de defesa comum, não é propriamente habitual no debate português e essa terá sido uma das razões para que o argumento tenha recebido o Prémio Jacques Delors 2009.

O livro está dividido em quatro partes: 1) explica a União Europeia (UE) enquanto sujeito constitucional com especificidades; 2) identifica os falhanços na segurança e

defesa europeias, durante os primeiros quarenta anos, dando atenção ao Plano Fouchet e ao Relatório Davignon; 3) olha para o período pós-Guerra Fria e para a ambição de uma autonomia europeia; 4) analisa os passos entre a Cimeira de Saint-Malo e a aprovação do Tratado de Lisboa. Os argumentos que percorrem o ensaio são, essencialmente, dois: por um lado, a existência de uma narrativa constitucional que vai dando corpo à própria integração e que faz parte de uma plêiade multidisciplinar capaz de explicar a UE; por outro, esta dimensão constitucional foi capaz de influenciar a política de defesa e segurança comum e acabou por ser também influenciada por esta.

Por outras palavras, o constitucionalismo europeu deve ser interpretado como um corpo analítico autónomo no direito internacional, até pela própria natureza singular da UE, tendo emergido com o chumbo da Comunidade de Defesa (1954) e assumido um papel de normalidade quando o pilar da segurança regressou com Maastricht (1992).

A visão presente no livro e que procura, com sucesso, entrelaçar a dimensão normativa com a da defesa, podia ter ganho

uma outra força se incluisse uma perspectiva sobre a influência que os alinhamentos de estados, as crises euroatlânticas ou os conflitos étnicos tiveram em todo o processo europeu de segurança. Alguns dos momentos traçados no ensaio de Bruno Oliveira Martins têm génese e desenvolvimento por via dessas externalidades à própria normatização do processo de integração. Uma narrativa que certamente o autor explorará em futuros ensaios de igual qualidade.

**JAMES M. GOLDGEIER,
THE FUTURE OF NATO**

Nova York, Council on Foreign Relations Special Report, Fevereiro de 2010, 33 pp.

Não sendo um típico livro está contido disponível em brochura e deve ser encarado com um dos mais importantes contributos para o debate sobre o futuro da NATO. Centrada no enquadramento e narrativa do novo conceito estratégico da Aliança, entretanto aprovado na Cimeira de Lisboa, a proposta de James Goldgeier (Universidade George Washington e Council on Foreign Relations) percorre ainda outros caminhos.

O primeiro, parte de uma intuição do autor sobre a recusa dos Estados Unidos em criarem a NATO hoje caso ela não existisse. Por pressões de muitas correntes da sua política externa com peso nas decisões e que fazem prevalecer as coligações de vontade em função das missões ou da permanência de alianças onde, como a NATO, se decide por consenso. Goldgeier reconhece, porém, que o sucesso da NATO na história e desenvolvimento euroatlântico justifica

a sua manutenção e adaptação a um quadro geopolítico internacional em transição.

Assim, a NATO deve sublinhar a importância da sua segurança colectiva e incluir no seu âmbito as ameaças que entretanto se impuseram: terrorismo, ataque nuclear, cyberterrorismo ou cortes ao fornecimento energético. Para o autor, se a segurança colectiva não reconhecer isto a NATO perde definitivamente importância para a política de segurança nacional norte-americana.

Além disso, perante o contexto financeiro e económico dos seus membros, a NATO deve ser capaz de estabelecer parcerias estratégicas com a União Europeia (UE) e a Rússia, em função dos imperativos operacionais e dos pontos de contacto que existem com Moscovo. O empenho no problema turco-cipriota, na institucionalização da relação NATO-UE, num sistema de defesa antimíssil que inclua Moscovo, na relação de confiança que possa no futuro levar a novos alargamentos, são linhas por onde a NATO deve caminhar. Em boa verdade, o conceito estratégico de Lisboa remete para esta narrativa, embora pudesse ter ido mais longe na relação com a UE.

Goldgeier encara o papel da NATO em função do carácter global das ameaças e das parcerias que foi construindo (Austrália, Coreia do Sul, Japão, etc.) e dos interesses dos Estados Unidos. Ou seja, a NATO enquanto organização regional tem interesses e visões para além da sua zona geográfica e se souber potenciar o seu papel face a este quadro garante o interesse e o investimento de Washington.

Goldgeier, porém, não desenvolve três importantes pontos. Primeiro, não esclara

rece se missões do tipo Afeganistão podem ser o *modus operandi* da NATO no futuro. Segundo, que relação pode ser estabelecida com as Nações Unidas ou instituições financeiras globais, importantes na solução de cenários críticos como o Afeganistão. Terceiro, nenhuma observação sobre o potencial ameaçador que o Paquistão representa o que, em último caso, pode manter a NATO na região mais tempo do que o previsto. Tem aqui margem suficiente para o próximo *policy paper*.

RONALD D. ASMUS, A LITTLE WAR THAT SHOOK THE WORLD: GEORGIA, RUSSIA, AND THE FUTURE OF THE WEST

Nova York, Palgrave Macmillan, 2010, 254 pp.

A guerra entre a Rússia e a Geórgia (Agosto de 2008) teve antecedentes históricos importantes e efeitos de duração inconclusivos para a segurança transatlântica. Ronald Asmus (German Marshall Fund e antigo conselheiro de Clinton para os assuntos europeus) discorre sobre o clima de tensão permanente entre as autoridades georgianas e russas desde a implosão da União Soviética, além de apontar o alargamento da NATO à Geórgia e à Ucrânia como o maior derrotado do conflito de 2008.

Embora seja um bom contributo para o tema, o livro peca em demasia por se vincular à narrativa de Tbilissi, às fontes e conhecimentos que o autor tem no país, acabando por não incluir em igual medida as razões russas. Embora Ronald Asmus assuma as dificuldades em aceder com igual propriedade ao lado russo, o leitor deve estar alertado para o ângulo privile-

giado. Para o autor, esta guerra foi uma punição de Moscovo aos anseios de libertação da Geórgia rumo ao Ocidente, cabendo à NATO uma particular cobertura a este tipo de reivindicações, em função de uma agenda considerada imparável de alargamento às democracias pós-soviéticas. Além disso, Asmus olha para o precedente ocidental que avalizou a independência do Kosovo como um erro aproveitado por Moscovo. Estes argumentos, contudo, merecem alguns reparos.

Começando pelo fim, a comparação entre Kosovo, Abcásia e Ossétia do Sul não é inteiramente correcta. A NATO, a UE e a ONU geriram desde a Guerra dos Balcãs o estatuto kosovar e procuraram que a Sérvia e a Rússia fossem parte da solução. Nas províncias da Geórgia, a Rússia validou sucessivas resoluções do Conselho de Segurança a reconhecer a integridade territorial georgiana, sendo o advento destas independências violento e sem histórico de negociações entre estados ou organizações internacionais.

Os restantes argumentos assentam numa lógica de premeditação russa do conflito perante as aspirações da Geórgia à NATO, embora não seja suficientemente sólido nas suas explicações. O seu fervor pelo alargamento contínuo da Aliança Atlântica resvala ainda numa subvalorização da relação com a Rússia quando esta se impõe por um conjunto de dilemas de segurança comuns com os Estados Unidos e restantes aliados europeus. Asmus parece desta forma continuar a olhar para o quadro de segurança euroatlântico pelo prisma triunfalista do início da década de 1990, esquecendo-se que o pragmatismo

regressou e que a Rússia acabou por conquistar espaço político. Não sendo um livro brilhante, é um contributo relevante para o tema.

STANLEY R. SLOAN, PERMANENT ALLIANCE? NATO AND THE TRANSATLANTIC BARGAIN FROM TRUMAN TO OBAMA

Nova York, Continuum Books, 2010, 336 pp.

Num balanço muitíssimo feliz e completo sobre a história da Aliança Atlântica, Stanley Sloan (Middlebury College) percorre os diversos momentos da relação transatlântica desde 1945. Da cooperação que se impôs sobre os destroços da II Guerra, ao papel do Congresso norte-americano na validação bipartidária de uma aliança permanente com europeus, passando pelo período de adaptação posterior ao colapso da União Soviética e do Pacto de Varsóvia, aos alargamentos a Leste, pelos passos tímidos de aproximação à Rússia, por toda a tipologia de missões que surgiram em função das ameaças à segurança transatlântica, até à própria dinâmica da integração europeia e dos efeitos que foi tendo no interior da Aliança.

O livro de Sloan parte da existência de uma comunidade transatlântica – na qual a NATO é um pilar fundamental como suporte à confiança entre aliados – assente numa arquitectura de valores, relações bilaterais, afinidades políticas ou trocas comerciais. Este ponto de partida é relevante para se perceber a durabilidade da cooperação transatlântica e em particular da NATO, após as crises, cataclismos e adaptações a que foi sucessivamente sujeita

ao longo da sua existência. São as qualidades apontadas por Sloan que acabam por constituir o desafio com que está confrontada: mais do que duvidar da sua existência ou durabilidade, será no valor atribuído pelos seus membros que o seu papel nas relações internacionais continuará a ter lugar. Por outras palavras, os Estados Unidos precisam de permanecer convencidos que a cooperação política e militar com os europeus é um contributo importante para os seus interesses; os europeus precisam de concluir que, no mundo actual, o seu contributo para a segurança internacional juntamente com os Estados Unidos é factor de projecção de poder externo e de influência no processo de decisão norte-americano.

Implicitamente, Stan Sloan acaba por aceitar que uma flexibilidade no processo de decisão da NATO possa ser uma forma de garantir o interesse norte-americano por esta cooperação permanente, revelando alguma da sua inclinação para o lado da balança transatlântica que mais merece ser valorizado. No entanto, com esta macrovisão, Sloan esquece-se que o consenso é a salvaguarda do poder dos pequenos estados e que sem eles esta Aliança perde parte da sua natureza singular. Além disso, o livro mantém a certeza da durabilidade da NATO mesmo após o turbilhão afegão, sem enveredar por uma concreta justificação ou, por exemplo, para o papel que outras organizações poderiam ter num possível quadro de vazio político. No entanto, percebe-se a falha: Sloan não encontra alternativas porque simplesmente elas não existem.

■ BERNARDO PIRES DE LIMA

TIMOR LESTE

IRENA CRISTALIS, *EAST TIMOR: A NATION'S BITTER DAWN*

Londres e Nova York, Zed Books Lda, 2009, 340 pp.

East Timor: A Nation's Bitter Dawn conta a história do povo timorense na procura incessante por uma madrugada livre e independente, pela mão holandesa de uma jornalista de investigação sediada na Ásia na década de 1990.

Concertados entre os governos da Indonésia e de Portugal na sede das Nações Unidas, os acordos de 5 de Maio de 1999 eram claros: a UNAMET prepararia o referendo e a Indonésia garantiria a segurança no território antes, durante e após a consulta popular.

Apesar do clima de intimidação que marcou o período que antecedeu o dia do referendo e após o processo de registo de eleitores – conduzido pela UNAMET – optou-se pelo dia 30 de Agosto para a votação, que decorreu pacificamente e com uma afluência às urnas de 98,6 por cento. Com o anúncio dos resultados da consulta popular, a 4 de Setembro – com 78,5 por cento a favor da independência –, iniciou-se mais um capítulo negro da história recente do povo timorense e que se saldou em mais de mil e quinhentos mortos e na deslocação de mais de metade da população timorense.

Um dos três jornalistas que ficaram sitiados na sede da UNAMET, em Setembro de 1999, Irena Cristalis narrou aqueles nove dias de cerco ao mundo, tornando-se um dos testemunhos essenciais à história recente de Timor Leste.

O terror mortífero que se espalhou pelo território, com a acção destrutiva das milí-

cias pró-integração indonésias, viria mais tarde a ser considerado «crime contra a Humanidade» por três comissões distintas, uma das quais com origem na Indonésia. Contudo, os crimes contra o povo timorense, cometidos no território entre 1975 e 1999, não chegaram à justiça dos tribunais. Irena Cristalis refere a forma como os líderes independentes, eleitos pelos timorenses, optaram por um processo de reconciliação com o passado em vez de apoiarem a criação de um tribunal internacional, ideia que a autora destaca no capítulo «Reconciliation, but where is the justice?».

Considerada como uma das histórias de sucesso do intervencionismo das Nações Unidas na década de 1990, os (in)sucessos das missões em Timor Leste viriam, mais tarde, a inspirar a aprovação da doutrina «responsabilidade de proteger» pela Assembleia Geral em 2005.

A madrugada livre e independente que os timorenses aspiraram durante a ocupação indonésia chegaria, enfim, a 20 de Maio de 2002 e foi apenas possível após os vinte e quatro anos de audaz resistência do povo timorense.

GEOFFREY ROBINSON, «IF YOU LEAVE US HERE, WE WILL DIE»: HOW GENOCIDE WAS STOPPED IN EAST TIMOR

Nova York, Princeton University Press, 2010, 344 pp.

«**I**f you leave us here, we will die»... uma súplica feita por uma jovem mulher timorense ao chefe da missão do Conselho de Segurança das Nações Unidas a Jacarta e a Díli, que contribuiu para autorizar a força internacional (INTERFET) a

restabelecer a paz e a segurança em Timor Leste, no período pós-consulta popular, revela a obra.

Geoffrey Robinson, um funcionário do Departamento de Assuntos Políticos das Nações Unidas, que esteve sitiado no edifício da UNAMET em Díli, entre 5 e 14 de Setembro, com mais de mil e quinhentos timorenses que procuraram refúgio junto das forças internacionais após o anúncio dos resultados do referendo, foi um dos membros da missão que recusou ser evacuado para Darwin. Deixar Timor Leste naquele momento significaria a morte do povo timorense que considerava estar, finalmente, protegido pela desarmada bandeira azul e branca das Nações Unidas. Mais precisamente, deixar Timor Leste mergulhado no terror mortífero das milícias indonésias significaria a morte daqueles mais de mil e quinhentos timorenses, com quem tinham partilhado as paredes da sede da UNAMET durante nove dias.

Robinson compreendeu esta situação mas, mais importante, Ian Martin – o responsável pela UNAMET – compartilhava a mesma percepção e adiou a ordem do Secretariado das Nações Unidas para evacuar os funcionários internacionais. Esta decisão pode não ter salvo todos os timorenses que arriscaram as suas vidas para votar pela independência de Timor Leste, mas foi, certamente, uma opção que deu outro destino àqueles mais de mil e quinhentos timorenses – que seriam evacuados para Darwin juntamente com os funcionários das Nações Unidas – dias antes da chegada da INTERFET a Díli.

O autor, professor de História na Universidade da Califórnia e antigo funcionário

da Amnistia Internacional em Londres, argumenta que as milícias não agiram espontaneamente e mostra como os líderes políticos e as forças militares indonésias fizeram planos de contenção à independência do território. Sustentado por provas documentais e relatos na primeira pessoa, o historiador faz uma análise académica sobre as origens da violência e apesar de reconhecer os padrões culturais indonésios em «ficar amok» – reforçado pela violência sistemática fomentada pelo Estado indonésio desde a invasão de 1975 –, o autor conclui que «as milícias pró-Indonésia foram mobilizadas, armadas, treinadas, fornecidas e financiadas pelos líderes civis e militares indonésios» e foram responsáveis pelos crimes contra a Humanidade cometidos em Timor Leste no período pós-referendo.

**DAMIEN KINGSBURY, EAST TIMOR:
THE PRICE OF LIBERTY**

Nova York, Palgrave Macmillan, 2009, 246 pp.

East Timor: The Price of Liberty relata-nos o percurso conturbado do povo timorense. Partindo de considerações históricas sobre o colonialismo em Timor Leste e a conseqüente invasão indonésia do território – em Dezembro de 1975 –, o autor australiano destaca a luta de resistência timorense que conduziu, em última instância, o povo de Timor Leste à escolha pela independência.

Damien Kingsbury, que coordenou a maior missão de observadores eleitorais à consulta popular de 1999 e às eleições gerais de 2007, rotula a presença das Nações

Unidas no período pós-consulta popular/UNAMET e pós-intervenção militar/INTERFET como uma forma de «colonialismo benigno». O autor salienta o desempenho da Missão de Administração de Transição – sob a liderança do representante especial Sérgio Vieira de Mello – como crucial na fundação dos alicerces democráticos do Estado timorense.

No que respeita à forma de justiça transicional adoptada, Kingsbury realça a opção das elites políticas timorenses pela reconciliação com o Estado vizinho indonésio, manifesta com criação da Comissão de Verdade e Amizade, em 2005.

Investigador na Universidade de Deakin, em Melbourne, o autor destaca a crise política de 2006 como um episódio que expôs as fragilidades institucionais do jovem Estado timorense. A volubilidade da comunidade política, característica inerente a um recém-criado regime democrático, aliada à necessidade de reformas estruturais no sector da segurança, culminaram na renúncia do primeiro-ministro Mari Alkatiri e na tomada de posse interina de

José Ramos-Horta. O ambiente de violência e de intimidação que marcou as conseqüentes eleições de 2007 e os ataques perpetrados, em Fevereiro de 2008, contra o Presidente José Ramos-Horta e o primeiro-ministro Xanana Gusmão, revelam a necessidade de consolidação das rotinas democráticas no Estado, nas elites políticas e no povo timorense.

Damien Kingsbury oscila entre as concepções de «democracia consolidada» e de «Estado falhado» para caracterizar a realidade do Estado timorense mas, certamente, Timor Leste situa-se num patamar democrático intermédio e bem afastado dos pólos conceptuais adiantados pelo autor.

Pedro Unamet Rodrigues nasceu no complexo das Nações Unidas a 8 de Setembro de 1999 e o Estado independente de Timor Leste nasceu a 20 de Maio de 2002. Ambos os nascimentos ocorreram sob a bandeira das Nações Unidas mas ambos os futuros dependem agora das opções dos líderes e do povo de Timor Leste independente.

■ SÓNIA RODRIGUES